

CERTIFICAÇÃO NA CADEIA PRODUTIVA DE ALIMENTOS E AS BARREIRAS TÉCNICAS À EXPORTAÇÃO

Rodrigo M. Zeidan D. Sc.
rmzeidan@unigranrio.edu.br

Daniel Costa
danielcosta@sotreq.com.br

Leandro Abranches
leandro.lak@uol.com.br

Flávio G. Meirelles
fgmeirelles2@globo.com

Marcus Vinícius
marcusviniciusgp@gmail.com

Paula Seixas
ppaulap16@gmail.com

UNIGRANRIO – Universidade do Grande Rio, Escola de Gestão e Negócios.

RESUMO

Este trabalho identifica as questões relacionadas à percepção quanto à existência de barreiras técnicas, assim como os aspectos relacionados ao processo de Avaliação da Conformidade. No que consiste em verificar e responder a hipótese quanto à existência da relação entre a certificação da qualidade e a capacidade de exportação de uma empresa. Neste sentido evidencia-se sob vários aspectos o conceito de barreiras técnicas à exportação, assim como o papel da normalização frente ao comércio internacional. Uma breve abordagem é realizada com relação à estrutura do Sistema Brasileiro de Certificação. Buscou-se ainda realizar uma descrição técnica sob a perspectiva legal do processo de Avaliação da Conformidade relacionado à certificação da qualidade na cadeia produtiva de alimentos, sobretudo os argumentos quanto aos preceitos do Acordo de Barreiras Técnicas ao Comércio e do Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias. A base de dados disponível permitiu selecionar indicadores da empresa SADIA S.A., cujas variáveis identificadas permitem concluir sobre o desempenho de sua capacidade de exportação. Dentre as conclusões obtidas destaca-se que umas das principais estratégias de competição adotada pelas empresas do setor avícola brasileiro é a certificação de produtos, que deixa de ser apenas uma exigência técnica e passa representar uma vantagem competitiva em termos de estratégia empresarial.

Palavras Chave: Avaliação da Conformidade. Barreiras Técnicas à Exportação. Cadeia Produtiva de Alimentos. Certificação. Estratégia de Competição. Normalização.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de novas tecnologias e a inserção das economias no mercado mundial produziu efeitos que afetaram significativamente o intercâmbio comercial entre as nações. O protecionismo adotado pelos países, durante longos períodos, foi dando lugar a acordos bilaterais, multilaterais ou por meio de blocos econômicos, convergindo o interesse dos países signatários a acordos preferenciais. Medidas de ordem política e econômica adotada no Brasil na década de 90 culminaram na abertura do mercado brasileiro para entrada de produtos estrangeiros, imprimindo às organizações brasileiras variações e mudanças significativas, obrigando-as a encontrar diferentes alternativas para a melhoria da qualidade de seus produtos, processos ou serviços. Pressionadas pela abertura do comércio internacional, as empresas brasileiras tiveram que focar suas iniciativas para ações estratégicas. Apontando para um melhor desempenho da qualidade de seus processos, produtos e serviços, sistemas de gestão e pessoal devido à necessidade de se manter competitiva frente à contingência nas relações de mercado proporcionada pela globalização da economia.

Nesse contexto a hipótese levantada neste trabalho é a de que, quando as organizações respondem aos estímulos relacionados à competência técnica exigida nas relações de comércio internacional passam a se posicionar diante de alguns argumentos estratégicos nas relações de mercados. Face aos processos de melhoria da qualidade de seus produtos, no sentido de alcançar os resultados desejados baseados em ações impostas pelos governos de outros países, as quais podem se traduzir em barreiras técnicas ao comércio.

A hipótese principal do trabalho é: existe relação entre a certificação da qualidade de produtos e a capacidade de exportação de uma empresa? Três objetivos de pesquisa para a resposta da hipótese principal se tornam prementes. O primeiro refere-se ao objetivo geral da pesquisa, onde se procura identificar se o não atendimento às normas ou regulamentos técnicos e a procedimentos de Avaliação da Conformidade podem, de fato, dificultar o acesso das empresas a mercados internacionais. Para tanto, buscar-se-á realizar uma descrição técnica, sob a perspectiva legal do processo de certificação da qualidade relacionado à cadeia produtiva de alimentos. No segundo objetivo procura-se identificar se as exigências técnicas podem se traduzir em barreiras técnicas, enquanto no terceiro analisa-se a possível relação entre a certificação da qualidade e o desempenho de uma empresa para exportação.

O método de pesquisa utilizado consta de uma análise histórica das relações de mercado entre os países frente aos últimos acontecimentos, no sentido de proceder a um estudo de caso. A base de dados disponível permitiu selecionar indicadores da empresa SADIA S.A., cujas variáveis identificadas permitem concluir sobre o desempenho de sua capacidade de exportação. A concepção do desempenho foi obtida pelos indicadores da própria empresa frente aos concorrentes imediatos. Nesse estudo de caso também deve ser analisado o processo da Avaliação da Conformidade e da certificação da qualidade na cadeia produtiva de alimentos para responder à hipótese principal.

2 BARREIRAS TÉCNICAS À EXPORTAÇÃO

2.1 CLASSIFICAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO

Pode-se classificar os benefícios obtidos com o sistema de certificação quanto a sua importância em três diferentes dimensões:

Para as empresas – A certificação resulta, além do aumento do nível de qualidade de seus processos, produtos ou serviços, em um aumento da sua competitividade, pela diferenciação em relação aos seus concorrentes além de permitir às empresas exportadoras atender as exigências técnicas nas relações de comércio internacional;

Para os consumidores – A certificação resulta em oferecer um novo parâmetro de decisão de compra: a melhoria da qualidade dos produtos ou serviços, corroborando com o Código de Defesa do Consumidor, pois é por meio da certificação que se garante a conformidade de um produto ou serviço.

Para o conjunto da sociedade – O processo de globalização, conquanto necessário para as relações de comércio internacional, proporciona o surgimento de alguns aspectos estratégicos que devem ser levados em conta por meio das avaliações sistemáticas consideradas pelos mecanismos de certificação. Assim,

observa-se um grande número de clientes [...] exigindo de seus fornecedores a obtenção da certificação de seus produtos ou serviços como uma demonstração de sua qualificação e garantia de melhor atendimento aos requisitos contratuais e ainda outras pressões de diferentes partes interessadas no processo de certificação tais como consultorias, organismos certificadores, assessorias de imprensa, prêmios da qualidade, etc. (SZYSKA, 2001, p. 17).

2.2 NORMALIZAÇÃO E ESTRUTURA

2.2.1 NORMAS e a ABNT

No Brasil, as normas técnicas são elaboradas por consenso no âmbito da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), entidade privada sem fins lucrativos, criada com o objetivo de coordenar, orientar e supervisionar o processo de elaboração das normas nacionais, por ser de caráter voluntário, não impede que algum produto seja comercializado. Contudo, os produtos que não estiverem de acordo com as normas convencionadas têm maior dificuldade para sua aceitação no mercado. (INMETRO: CAINT, 2007, p. 10).

A evolução das normas séries ISO (*International Organization for Standardization*) culmina no desenvolvimento com foco voltado para o controle gerencial dos processos e não mais por modelos com ênfase a requisitos específicos para tarefas e departamentos. Assim, não se limitam apenas aos produtos ou serviços, pois são baseadas nos princípios e métodos de gestão para serem utilizadas como modelo de gestão nos sistemas de produção ou fornecimento. São exemplos: as normas de sistemas de gestão da qualidade (ISO 9001:2001); de sistema de gestão ambiental da organização (ISO 14001:2004); de sistemas de gestão da segurança da informação (ISO 27001:2006); de sistema de gestão de segurança na cadeia de suprimento de alimentos (ISO 22000:2005); ou ainda de responsabilidade social (ISO 26000), esta última em discussão em fórum internacional.

A implantação de sistemas de gestão segundo as normas da Organização Internacional de Normalização (ISO) vem sendo exigida cada vez mais pelos clientes. Assim, para o processo de exportação tornam-se comum que os clientes façam exigências, as quais podem se traduzir em barreiras técnicas, haja vista que,

as normas regionais e as internacionais vêm assim sendo adotadas cada vez mais como normas nacionais, onde o caso mais conhecido é o das normas ISO 9000 (por exemplo, adotadas no Brasil como NBR ISO 9000, pela ABNT, e na Europa como EN ISO 9000 e, conseqüentemente, por todos os países europeus – NF EN ISO 9000, na França, ou NP EN ISO 9000, em Portugal). (MDIC, 2002, p. 30-34).

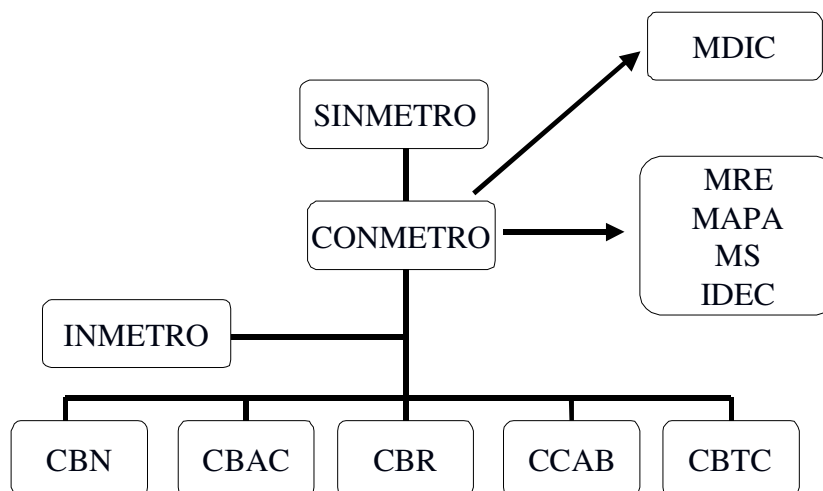
2.2.2 Estrutura do Sistema Brasileiro de Certificação

O Sistema Brasileiro de Certificação (SBC) é constituído por entidades públicas e privadas para a certificação de empresas, laboratórios, órgão governamentais, entre outros. A formalização de mecanismos de proteção de produtores e consumidores torna-se cada vez mais evidente,

[...] no Brasil a certificação é feita e gerenciada por Organismos de Certificação Credenciados (OCC) [...]. O INMETRO, no contexto do SBC, é responsável por credenciar e supervisionar os OCC, além de coordenar os laboratórios de ensaio, inspetores e auditores para atividades de certificação. (PUC-RJ, 2007, p. 58).

A figura 1 abaixo apresenta a estrutura organizacional do Sistema Brasileiro de Certificação, de forma simplificada entre as quais se destaca: o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO); formado pelo Conselho Nacional de Metrologia; Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO) e o Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO).

Figura 1 – Estrutura organizacional do Sistema Brasileiro de Certificação



Fonte: Elaborado pelos autores.

2.3 AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

O conceito de Avaliação da Conformidade pode ser observado nas normas: NBR ISO/IEC 17000 e ABNT ISO/IEC Guia 2. Contudo pode ser entendido como um processo sistematizado, com regras pré-estabelecidas, de forma a propiciar adequado grau de confiança de que um processo ou serviço, ou ainda um profissional, atende a requisitos pré-estabelecidos por normas ou regulamentos. (INMETRO: DQUAL, 2007, p. 8). De forma simplificada sua estrutura consiste de um Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC) e de um Comitê Brasileiro de Avaliação da Conformidade (CBAC). Entende-se que:

- a) **ACREDITAÇÃO** é o meio pelo qual um organismo autorizado e com reconhecimento internacional declara e reconhece formalmente que uma entidade (organismo certificador) detém a competência técnica e gerencial para desenvolver atividades específicas de Avaliação da Conformidade de terceira parte, de acordo com as normas e guias ABNT ISO/IEC.
- b) **RECONHECIMENTO** é o meio pelo qual um organismo aceita, dentro de um adequado grau de confiança, os certificados/acreditações (ou credenciamentos) emitidos por outros organismos em conformidade com a norma ABNT ISO/IEC Guia 61 – Requisitos gerais para avaliação e credenciamento de organismos de certificação/registo.

A Avaliação da Conformidade pode ser classificada como de: primeira parte: realizada pela pessoa ou organização que fornece o objeto (fabricante ou fornecedor); segunda parte: realizada por uma pessoa ou uma organização que tem interesse como usuário do objeto (cliente, comprador ou consumidor); e, por último, de terceira parte: realizada por uma pessoa ou uma entidade (organismo certificador) que é independente da pessoa ou da organização que fornece o objeto, onde este organismo certificador reconhece a conformidade de um sistema de gestão, produto, processo, serviço ou pessoal.

A Avaliação da Conformidade pode ser aplicada de forma voluntária, quando provém de uma decisão de um ou mais fornecedores, ou compulsória, quando um Organismo Regulamentador emite um instrumento legal. Nesse caso, a avaliação

compulsória se destina, prioritariamente, à defesa do consumidor, no que diz respeito à proteção da vida e da saúde, e à preservação do meio ambiente.

Assim como a Avaliação da Conformidade, a certificação de produtos no Brasil pode ser compulsória ou voluntária. No entanto, nota-se que devido à evolução da conscientização do consumidor e subseqüentes pressões da sociedade, a certificação vem progressivamente se tornando compulsória.

De acordo com a definição do MDIC (2002, p. 30), Normas Técnicas são “documentos estabelecidos por consenso e aprovados por um organismo reconhecido que fornecem, para o uso comum e repetitivo, regras, diretrizes ou características para atividades ou seus resultados, visando à obtenção de um grau ótimo de ordenação em um dado contexto”. Esta definição segue a definição internacional de Norma Técnica. Evidencia-se que as Normas Técnicas devem ser estabelecidas por consenso entre os interessados, portanto, presume-se o compromisso de interesse mútuo e que devem ser aprovadas por um organismo reconhecido.

2.4 ACORDO SOBRE BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO – TBT

O comércio internacional em crescimento reage com solidez e de forma sincronizada com o aperfeiçoamento nas relações de mercados entre os países e as organizações. A competição de forma globalizada, a convergência dos negócios por meio de fusões ou incorporações, o surgimento e a evolução dos blocos econômicos (MERCOSUL e a União Européia) e de acordos comerciais

[...] comprova que o momento é de uma economia mundial complexa, convivendo-se com o paradoxo a que leva a dualidade da globalização – e o regime de abertura comercial – com o protecionismo que obsta ou limita o acesso a mercados. (MDIC, 2002, p.8).

Torna-se cada vez mais necessário, devido à competitividade nas relações de comércio internacional, consolidar sistemas de certificação bem estruturados e funcionais, com a finalidade de assegurar a qualidade e permitir, assim, que as empresas possam garantir o ingresso de seus produtos nos mercados globalizados cada vez mais competitivos.

2.4.1 OMC e o TBT

Como conseqüências do fenômeno da globalização, intensificaram-se diversos movimentos geralmente liderados por governos no sentido de facilitar o comércio internacional. Acordos que hoje são limitados pelas restrições decorrentes dos compromissos assumidos no âmbito multilateral podem assumir formas de integração econômica mais intensa, como é o caso da União Européia (UE) e do Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL).

O Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (*Agreement on Technical Barriers to Trade* - TBT) da Organização Mundial do Comércio (OMC) estabelece uma série de princípios com o objetivo de eliminar entraves desnecessários ao comércio, em particular às barreiras técnicas relacionadas às normas técnicas.

Assim, definiram-se regulamentos técnicos e procedimentos de Avaliação da Conformidade que podem dificultar o acesso de produtos aos mercados, em contraponto aos acordos e à idéia de liberalização de mercado proposta pela OMC. Dessa forma, por vezes se torna tênue a diferença entre Avaliação de Conformidade – que tem o objetivo de garantir uma padronização e tornar o comércio mais eficiente, com Barreiras Comerciais Técnicas,

que são usadas como forma de protecionismo, tornando o comércio internacional mais ineficiente.

Segundo as regras definidas pela OMC, barreira técnica à exportação é assim conceituada: “Barreiras Técnicas às Exportações são barreiras comerciais derivadas da utilização de normas ou regulamentos técnicos não transparentes ou que não se baseiem em normas internacionalmente aceitas ou, ainda, decorrentes da adoção de procedimentos de Avaliação da Conformidade não transparentes e/ou demasiadamente dispendiosos, bem como de inspeções excessivamente rigorosas”. (INMETRO: CAINT, 2007, p. 10).

O TBT considera que um regulamento técnico adotado por um dado país será entendido como uma barreira técnica se divergir de uma norma técnica internacional existente no que se refere às exigências para se alcançar os objetivos legítimos que tenham justificado a promulgação desse regulamento. Assim, considera-se Barreira Técnica:

todas as medidas ou exigências relativas a características técnicas dos bens ou serviços ou de seu processo de produção feitas pelos países de destino que afetem (dificultando, onerando ou impossibilitando) o acesso a seus mercados [...]. As barreiras técnicas são decorrentes de exigências técnicas estabelecidas pelos compradores para os produtos ou serviços, em relação às suas características próprias ou pela realização de ensaios ou inspeções, comumente conhecidos como procedimentos de avaliação da conformidade, mas que em alguns casos o país importador não detém argumentos os quais possam ser comprovados cientificamente ou por meio de normas internacionalmente aceitas, que de forma arbitrária dificulta ou até mesmo impede o país exportador de negociar seus produtos ou serviços. (MDIC, 2002, p. 23-24).

2.4.2 Normalização e o Comercio Internacional

O primeiro papel estratégico da normalização é o de contribuir para a inserção internacional da economia brasileira, com reflexo direto na competitividade das empresas e de seus produtos. O segundo papel estratégico da normalização é o de conferir a base técnica, em níveis adequados, para o processo de regulamentação técnica, situando-se, portanto como ferramenta de suporte à ação do Estado. O terceiro papel estratégico da normalização está no reconhecimento de que a norma técnica vem agregando novos domínios além da sua origem, representando desta forma novos desafios em temas como; sustentabilidade; responsabilidade social; saúde, segurança e meio ambiente; assim como, novos conceitos da qualidade. Nesse contexto entende-se que tais argumentos relacionados com a normalização poderão afetar fortemente a competitividade internacional, haja vista que,

os custos [...] incidem normalmente sobre o produtor. Para diminuir estes custos, têm sido promovidos acordos de reconhecimento mútuo dos procedimentos de avaliação da conformidade, cujo objetivo principal é fazer com que os resultados de uma avaliação sejam reconhecidos internacionalmente, ou, em outras palavras, “testado uma vez, aceito em qualquer lugar”. (INMETRO: CAINT, 2007, p. 11).

3 CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES

O Codex Alimentarius consiste de um programa em conjunto com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (*Food and Agriculture Organization of the United Nations* – FAO) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). É um fórum internacional de normalização com foco voltado para produção de alimentos, tendo como objetivo principal proteger a saúde dos consumidores e assegurar práticas equitativas no comércio internacional de alimentos.

O Acordo sobre Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (*Agreement on the Application of Sanitary and Phytosanitary Measures* – SPS) trata de barreiras técnicas no âmbito da OMC. O SPS tem como objetivo impedir que medidas que visem à proteção à saúde de pessoas, plantas e animais constituam barreiras ao comércio internacional, incentivando a harmonização destas medidas no âmbito internacional. Dentre as organizações internacionais, para referência ao SPS, pode-se destacar o Comitê do Codex Alimentarius do Brasil (CCAB), que é coordenado pelo INMETRO e constituído por órgãos do governo, indústrias, entidades de classe e órgãos de defesa do consumidor. Com o objetivo de impedir que os países emitam medidas de forma arbitrária, com a intenção de introduzir barreiras ao comércio, exige-se que sejam comprovados cientificamente a necessidade de se adotar ou manter tal medida. (INMETRO: CAINT, 2007, p. 9).

3.2 O BRASIL E AS BARREIRAS TÉCNICAS ÀS EXPORTAÇÕES

A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP) e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) são exemplos de ações políticas com objetivo de melhorar a capacitação tecnológica e a capacidade de inovação, no sentido de melhorar a eficiência produtiva frente à competitividade nacional, buscando a inserção do Brasil no cenário internacional.

As exportações brasileiras são limitadas por restrições ao comércio nos mercados internacionais, principalmente nos países da União Européia e nos Estados Unidos, na forma de barreiras tarifárias e não-tarifárias, as quais podem converter-se em proibições para países exportadores dos produtos sujeitos a essas medidas, muitas vezes objetivando proteger o setor produtivo doméstico conforme destacado por Thorstensen (1999 apud VIEGAS, 2003, p. 1-4). Essas medidas acabam tornando-se barreiras, uma vez que impedem o acesso de determinados produtos aos mercados que as impõem. “A participação em um mercado mundial está restrita por uma grande quantidade de normas nacionais, de exigências de certificações [...] que apresentam diferenças notáveis e que se convertem em obstáculos ao comércio em muitos casos”. (SCHWAMM, 1997 apud PUC, 2007, p. 52).

Segundo Barros (et al. 2002, apud VIEGAS, 2003, p. 19), as medidas sanitárias visam impedir a disseminação de pragas e doenças entre plantas e animais, além de promover a segurança dos alimentos (*food safety*) para os consumidores. O autor destaca as principais barreiras não-tarifárias impostas pelos países considerados e os principais produtos pertencentes à pauta de exportações do Brasil que são afetados pelas barreiras comerciais, além da estimativa da porcentagem da pauta brasileira de exportações agrícolas que é afetada pelos vários tipos de barreiras comerciais. Assim,

[...] surgiam novas formas de promover a proteção do mercado interno, as chamadas barreiras técnicas [...]. É nesse contexto de qualidade e competitividade, onde a questão técnica torna-se também uma questão estratégica, que o tema Avaliação da Conformidade [...] encontra-se inserido e ganha notoriedade. (COSCARELLI C., 2004, p. 79).

2 ESTUDO DE CASO

4.1 DESEMPENHO DA SADIA S.A. NAS RELAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR

Fundada em 1944, no oeste catarinense, região sul do Brasil a SADIA S.A. é uma empresa agroindustrial e produtora de alimentos. Apresenta-se como uma das maiores empresas de alimentos da América Latina. De acordo com levantamento do MDIC sobre a balança comercial de 2007, a SADIA surge como a maior exportadora avícola do Brasil, exportando para mais de 100 países. A SADIA também se revelou líder entre as empresas para a exportação de carne de frango e vem buscando, a cada ano, adequar-se às exigências técnicas e sanitárias do varejo europeu e, em particular, do Reino Unido. O quadro abaixo se refere aos dados obtidos por meio do relatório disponibilizado em meio digital pela assessoria da SADIA em abril de 2008.

Quadro 1 – Certificações obtidas pela empresa SADIA S.A.

	Ano / Certificação	Organismo Certificador / Destino das Exportações
*	2008 / EurepGap	nd / Europa
	2003 / SA 8000	nd / Intenacional
	nd / HALAL	nd / Oriente Médio
	2002 / ISO 9000	BVQI / Intenacional
**	2002 / BRC	EFSIS / Europa
	nd / HACCP	DANAK / Intenacional
	2002 / ISO 14000	BVQI / Intenacional
**	2001 / Higher Level	CMI / Europa
	2001 / NSF	TPHSC / Internacional
	1999 / ISO 14000	BVQI / Intenacional
	1995 / ISO 9000	BVQI / Internacional
	1991 / ISO 9000	BVQI / Internacional

Fonte: Elaboração própria.

* Em processo de adequação para obtenção da certificação pela empresa SADIA.

** Certificações que habilitam exportar exclusivamente para Europa.

nd – não disponível

A certificação ISO 9000 dá garantias da existência de um sistema de qualidade que se traduz em garantias de segurança alimentar. A SADIA detém desde 1991 esta certificação que aprova e valida a gestão da qualidade e certifica o processo que concebe os produtos e que abrange a comercialização para o mercado externo. Em 2002 a SADIA obteve a certificação de adequação às normas ambientais ISO14000, após submeter-se à avaliação realizada pelo organismo certificador BVQI (*Bureau Veritas Quality International*). Ênfase deve ser dada para esta certificação, uma vez que a atividade avícola tem impacto sobre o meio ambiente e é fator de preocupação atual dos países importadores.

A SADIA em Chapecó - SC recebeu pela primeira vez a certificação ISO 9000 em 1995, constituindo-se no primeiro frigorífico brasileiro a receber esse certificado. Em 2001 a empresa obteve a certificação "Higher Level" da CMI (*Checkmate International*), que atesta o cumprimento das normas de qualidade na produção aviária. Neste mesmo ano a empresa

também obteve a certificação NSF International pela TPHSC (*The Public Health and Safety Company*), que permite a exportação no âmbito mundial de uma das categorias de seus produtos. Já a certificação HALAL é obtida para atender exigências técnicas do comércio para exportação aos países do Oriente Médio, onde a SADIA detém uma parcela significativa das importações locais. A SADIA obteve também o certificado BRC (*British Retail Consortium*) pelo EFSIS (*European Food Safety Inspection Services*), órgão europeu responsável por avaliações relativas à segurança alimentar. A certificação BRC é decorrente de um nicho no mercado varejista inglês por meio de grandes redes como McDonald's, Tesco, Sainsbury's e permite maior agregação de valor, cerca de 10% superior.

O processo de gestão de garantia da qualidade e tecnologia da SADIA atende às práticas internacionais de Boas Práticas de Produção GMP (*Good Manufacturing Practice*), procedimento reconhecido mundialmente que consiste em controlar e gerenciar o processo de produção e a qualidade dos alimentos industrializados. A certificação EurepGap (*Euro-Retailers Produce Working Group*), exigida para exportações que se destinam ao mercado europeu, trata-se de um protocolo de Boas Práticas Agrícolas GAP (*Good Agricultural Practices*) e de Garantia Integrada da Fazenda IFA (*Integrated Farm Assurance*), que assegura a produção de alimentos com o mínimo de risco à saúde para aqueles que o manuseiam e consomem, levando em conta as boas práticas de produção, a segurança alimentar, impactos ao meio-ambiente e a proteção do trabalhador este último pode ser observado nos requisitos da norma OHSAS 18001:2007 – Sistemas de gestão da saúde e segurança ocupacional.

A certificação HACCP (*Hazard Analysis and Critical Control Points*) obtida pela SADIA e outorgada pelo Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura, atende a uma exigência legal internacional. Trata-se de um controle de qualidade preventivo e sistemático em toda cadeia produtiva de alimentos que identifica e analisa os perigos associados à produção de alimentos por meio dos riscos físicos, químicos e biológicos, no sentido de reduzir ou eliminar perigos que o alimento possa trazer ao consumidor.

Os regulamentos e certificações acima mencionados focam questões de segurança alimentar, rastreabilidade e bem estar animal. E as normas exigem, além da segurança alimentar e qualidade, aspectos relacionados às questões sociais e ambientais. As normas de política integrada, responsabilidade do produtor e boas práticas são praticamente compulsórias para acesso ao mercado europeu e, de acordo com o CEPEA (2006), as normas sociais e éticas estão sendo demandadas, mesmo que o volume certificado com relação a estas normas ainda seja baixo (menor que 10%).

De acordo com França (2006), as vendas brasileiras foram beneficiadas por problemas sanitários de alguns países que concorrem com o Brasil no mercado internacional. No período de 2002, apenas quatro empresas responderam por 75% de toda carne de frango exportada pelo Brasil (SADIA, PERDIGÃO, SEARA e FRANGOSUL), o que demonstra barreiras de entrada ao negócio de exportação de carnes de frango por empresas entrantes, tanto em termos de escala como, provavelmente, por custos de transação associada às barreiras não-tarifárias.

No estado do Paraná três fábricas são habilitadas fornecer produtos industrializados à base de carne de frango (SADIA, CVALE e LAR), destaca-se como principal mercado a Europa, com 80% dos embarques, seguido do Oriente Médio, com 19%. As vendas da SADIA para a Europa têm aumentado gradualmente ao longo dos anos. Em 2007 a empresa conquistou a posição de maior marca do mercado de aves da América Latina, e, de acordo com França (2006), esse mercado se restringe às empresas líder no segmento.

4.2 RESULTADOS E ANÁLISE

As empresas líderes do segmento avícola influenciam as estratégias adotadas pelas demais empresas seguidoras. Assim, pode-se afirmar que, por meio do estudo das empresas que lideram determinado segmento pode ser possível proceder a análises que venham contribuir para os resultados de forma generalizada para a indústria.

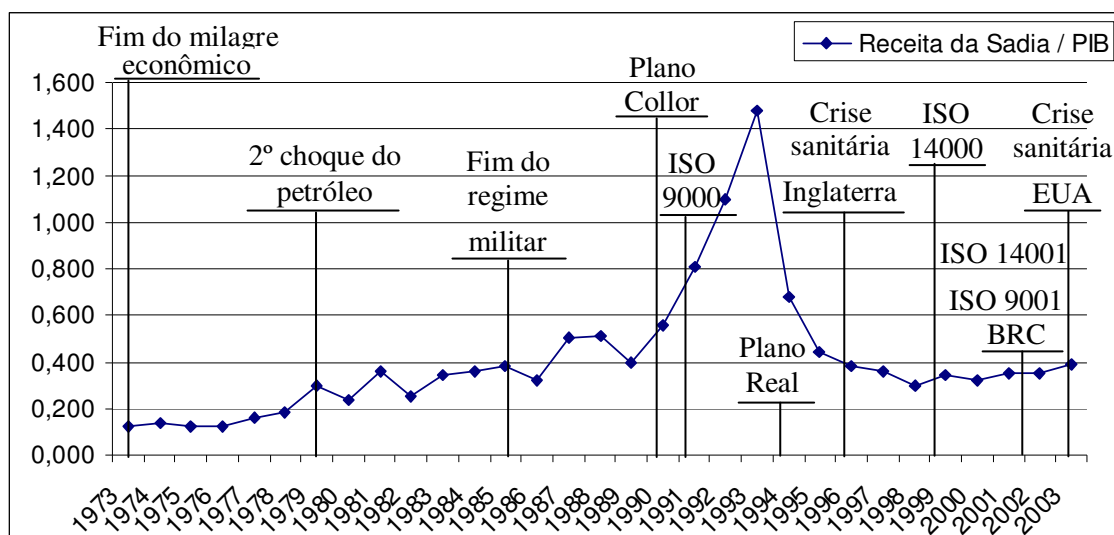
Levando em conta às barreiras técnicas e o desempenho da cadeia produtiva de frangos, o Brasil encerrou o ano de 2004 na liderança no ranking mundial de exportação de carnes de frango. As vendas no mercado externo somaram U\$ 2,6 bilhões de dólares, o que representa um crescimento expressivo da ordem de 44% sobre o resultado de 2003. (FRANÇA, 2006).

De acordo com Ludkevitch (2005), o setor de carnes representa uma importante contribuição para economia brasileira, onde a SADIA assume a liderança de participação nos setores de alimentos industrializados congelados e resfriados. No ranking Valor 1000, classifica-se como a quarta maior empresa em termos de receitas líquidas do setor de alimentos.

Turina (2005) considera o efeito competitividade, como maior fonte de crescimento das exportações com 52,38% do seu modelo explicativo, o que pode ser explicado por diversos fatores estruturais internos, entre os quais o fato de que as exportações brasileiras de carnes foram beneficiadas pelos problemas sanitários ocorridos em outros países.

A figura a seguir apresenta a evolução histórica das vendas da SADIA S.A. levando em conta algumas certificações obtidas e sua trajetória de crescimento:

Figura 2 – Trajetória de crescimento da SADIA



Fonte: adaptado de Ludkevitch (2005, p. 2).

Conforme pode ser observado na figura acima, após a empresa SADIA obter a certificação ISO 9000 em 1991 percebe-se um acentuado crescimento das vendas, mesmo que pontual. Em seguida, a partir de 1994, uma queda súbita nas vendas proporcionada por diversos fatores de ordem econômica seguida pela crise sanitária ocorrida na Inglaterra, com

reflexo mundial. Contudo, percebe-se que a partir de 1999, ano em que a SADIA obteve a certificação ISO 14000 entre outras, segue-se uma curva de crescimento e a cada ano uma nova certificação era obtida apresentando um desempenho estável nas vendas consagrado por um crescimento significativo das exportações para diversos países.

França (2006, p. 117) considera que o grau de renovação das indústrias manifesta-se pela adequação aos termos estabelecidos pelos países importadores, visto que as missões sanitárias internacionais constituem rotina no cotidiano das empresas exportadoras, assim como auditorias técnicas promovidas pelos clientes, pelos órgãos de certificação, e pelo Ministério da Agricultura. Esta maturidade técnica consolida a adequação cada vez mais favorecida às possíveis barreiras técnicas que possam surgir. Tais condições tornam as empresas líderes extremamente competitivas no âmbito nacional e internacional.

Em 1997, devido a novas exigências técnicas adotadas por meio de regulamentos técnicos, a SADIA, seguindo as metas preconizadas em sua visão estratégica de agregar valor às suas atividades, procedeu a várias iniciativas em prol desse objetivo, com foco voltado para as exportações. Em sua análise França (2006) destaca que os mercados habilitados para exportação pelas líderes caracterizam-se pelo alto grau de adaptação às barreiras técnicas.

Para Coscarelli C. (2004, p. 16), dentre os principais aspectos que justificam a implantação de programas de Avaliação da Conformidade encontram-se, por exemplo: a existência de concorrência desleal no setor, por estar associado à saúde do consumidor e a existência de barreiras técnicas. Indicado por 57,1% das empresas do setor produtivo. Os estudos apontam ainda que os procedimentos exigidos cheguem a custar cerca de US\$ 250 mil por produto e em cada nova aplicabilidade e só são aceitos pelo país importador quando realizados por organismos por ele Acreditados (ou Credenciados).

Com relação às importações de carne pela Arábia Saudita, na última década, o Brasil foi responsável por suprir mais de 70% do volume importado por este país. Recentemente, a Arábia Saudita e a Organização Mundial do Comércio (OMC) concluíram, com sucesso, os termos de acesso deste país ao foro multilateral de comércio. Entretanto, enquanto se espera a adequação da Arábia Saudita às regras da OMC, este mercado mantém suas exigências técnicas impostas sobre as importações de forma pouco transparente. O certificado de abate “HALAL”, por motivos religiosos, exige que os animais não tenham sido alimentados com proteínas animais e que não tenham sido utilizados hormônios de crescimento na criação dos animais abatidos e a ainda exigem que os rótulos sejam escritos em árabe. Também devem necessariamente conter o nome do produto, o nome do embalador, o país de origem, a lista de ingredientes, instruções para o consumidor e prazos de validade. Estas regulamentações seguem as disposições do Codex Alimentarius e de padrões assumidos pelos Estados Unidos e União Européia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Argumentos relacionados às barreiras comerciais devem ser levados em conta por meio da gestão dos processos internos de uma organização, frente aos acordos internacionais para o livre comércio entre os países no âmbito da OMC. O desenvolvimento de pesquisas e análises relacionadas aos efeitos das exigências técnicas, para o comércio internacional ganhou importância nos últimos anos. A utilização de mecanismos de certificação e de procedimentos de Avaliação da Conformidade podem ser usados para fins

estratégicos no sentido de aumentar a competitividade das empresas. Assim, as exigências técnicas se apresentam na forma de normas técnicas, regulamentos ou procedimentos de Avaliação da Conformidade.

Embora certificar o sistema de gestão não seja imperativo para as organizações, a qualificação da produção industrial nos padrões internacionais permite que as empresas sejam Acreditadas (ou Credenciadas) para disputar os mercados europeus e norte americano. Além disso, a necessidade de atender à legislação vigente, de prevenir impactos ao meio ambiente, de proteção à saúde de pessoas, plantas e animais, e ainda de fortalecer a imagem institucional, de reduzirem-se os riscos de multas, e conseqüentemente de aumentar a competitividade, são motivos que levam à busca pela certificação.

Em produtos onde a segurança é inegociável, como é o caso de produtos alimentares, a Avaliação da Conformidade de um produto, processo ou serviço por meio de mecanismos de controle torna-se essencial. A adoção de um sistema de Avaliação da Conformidade utilizando-se como mecanismo à certificação da qualidade possibilita uma redução dos números de auditorias a que o fornecedor se submete, padronizando desta forma os critérios de avaliação. Dentre vários benefícios proporcionados pela certificação destaca-se a redução de risco de problemas associados com a segurança, qualidade e quanto ao cumprimento legal dos requisitos estabelecidos para a cadeia produtiva de alimentos (fabricantes, produtores e distribuidores), como condição para o fornecimento para alguns mercados no âmbito do comércio internacional.

Observa-se que há uma preocupação de ordem mundial frente às regulamentações técnicas as quais comportam exigências não justificáveis do ponto de vista técnico ou científico, mas sim com um sentido de se praticar o protecionismo pela utilização de mecanismos ou métodos arbitrários. Na medida em que os acordos para redução das tarifas ocorrem progressivamente para níveis mais coerentes nas relações de comércio internacional, outras formas de proteção surgem.

É bem verdade que as barreiras técnicas assumem grande importância como mecanismo de proteção nas relações de comércio no mercado internacional, produzindo impacto nas exportações dos países, com ênfase nos setores tradicionais onde os países em desenvolvimentos são mais competitivos. Por ter efeitos mais perversos devido à falta de transparência e à arbitrariedade de sua aplicação, as barreiras técnicas afetam a capacidade de exportação das empresas localizadas nos países vítimas destas práticas.

Há evidências de que as barreiras técnicas produzem impactos em toda a cadeia produtiva e nos demais segmentos diretamente ou indiretamente relacionados. Elevam-se os custos devido à necessidade de adaptação de produtos pelos fabricantes às normas técnicas e a procedimentos de Avaliação da Conformidade ou a regulamentos técnicos, portanto acredita-se que causam efeitos sobre o comércio, produção e consumo. As barreiras técnicas produzem efeitos sobre o preço, por serem aplicadas sobre produtos que já estão sujeitos a barreiras tarifárias, e ainda por ser de difícil quantificação e possuir custos para os produtores, exportadores e conseqüentemente para os consumidores, elevam a proteção a esses produtos.

Assim, as barreiras técnicas podem ser utilizadas como um instrumento de intervenção do Estado na medida em que se apresentem pouco transparentes e discriminatórias. Podendo assim produzir uma distorção entre o preço doméstico e o preço internacional afetando os países que as impõem e os demais países, pois todo instrumento de intervenção no comércio produz impactos e distorções no mercado, e desta forma pode

dificultar significativamente o acesso ao mercado internacional de algumas empresas situadas nos países vítimas desta prática.

Há evidências de que alguns produtos como carne bovina, frango, entre outros produtos ficam retidos nos portos no exterior, por falta de adequação às exigências técnicas internacionais. Fatos como esses ocorrem frequentemente em diferentes países.

Trabalhos desenvolvidos por pesquisadores do CEPEA (2004) evidenciam que as barreiras técnicas e sanitárias surgem de uma combinação de forças científicas, econômicas e políticas. Isso exige, igualmente, a interação entre universidade, instituições públicas e privadas para superar estes obstáculos.

Pode-se afirmar que alguns indicadores os quais revelam dados sobre a exportação são representados por variáveis de difícil controle, onde a competência técnica ou capacidade de realização de atributos específicos em sua maioria refere-se ao número de certificações relacionadas aos argumentos técnicos exigidos. E nesse sentido revelam-se em exigências dos países importadores, e que desta forma pode-se explicar a natureza do desempenho de poucas empresas frente à possibilidade de exportar.

É oportuno considerar que são dispensados investimentos significativos para a implementação de processos e sistemas de forma a atender aos requisitos estabelecidos no processo de certificação, os quais se fazem necessários para se obter o acesso nas relações de mercados internacionais.

Para Coscarelli (2004, p. 83), a certificação é caracterizada por acarretar impactos significativos em termos econômicos. Principalmente em micro e pequenas empresas, geralmente com recursos limitados para buscar o desenvolvimento tecnológico, necessário para adequar seus produtos, processos ou serviços aos critérios mínimos de qualidade e que se sentem prejudicadas por essa intensiva intervenção do Estado no setor produtivo.

Assim como na condução da política comercial entre os países, levando em conta os acordos para o livre comércio, enquanto um país mais desenvolvido percebe ganhos nas relações de comércio, outro menos desenvolvido obtém perdas consideráveis, não sendo diferente e nem menos importante como o que também ocorre em relação às empresas.

Desprende-se da pesquisa realizada para a composição deste trabalho, que na última década as negociações para a redução de barreiras comerciais ganharam relevância e que na existência de entraves ao comércio internacional na disputa para se ampliar suas fronteiras para a exportação, é comum que um país trave combate com outros países, haja vista que há uma preocupação constante para a geração de riquezas ou proteção de seus mercados. Essa questão turbulenta sempre existiu, e dificilmente terminará. Assim, presume-se que seja um atributo da própria atividade de comércio.

A capacidade de adequação das empresas exportadoras às barreiras técnicas impostas aumenta sua competitividade no âmbito nacional e internacional, permitindo às empresas a aplicação dos sistemas de qualidade como ferramentas de melhoria de competitividade e rentabilidade. Uma das principais estratégias de competição adotada pelas empresas do setor avícola brasileiro é a certificação de produtos, que deixa de ser apenas uma exigência técnica e passa representar uma vantagem competitiva em termos de estratégia empresarial.

No estudo de caso mostrou-se que uma das iniciativas da SADIA foi expandir-se para mercados internacionais, impulsionando a empresa para um crescimento pelo desenvolvimento interno com investimentos em sistemas de gestão da qualidade, focados não somente nos produtos, mas também nos processos e no treinamento e qualificação dos

profissionais, haja vista que nesta tríade estratégica estão também inseridos os requisitos prescritos para a obtenção de algumas certificações e regulamentos técnicos exigidos pelos países importadores. Uma das questões genéricas quanto aos desafios da empresa para a gestão de mudanças refere-se às barreiras para exportação. Assim foram efetuados investimentos para o fortalecimento da marca, para a melhoria da qualidade, e da gestão dos processos em toda cadeia produtiva.

Ainda assim, a caracterização do que se constitui uma barreira técnica ao comércio ainda é fórum de longas discussões, tanto para pesquisadores quanto para os líderes que formulam as políticas no âmbito do comércio internacional. (BURNQUISTL, H. L., et al., 2007, p. 210).

Há diversas iniciativas de auxílios aos empresários com relação às Barreiras Técnicas ao Comércio e nessas questões, o PROGEX - programa apoiado pelo governo federal, por institutos estaduais de pesquisa e pelo SEBRAE - oferece diagnósticos sobre as adaptações necessárias ao produto ou ao processo de produção, assim como testes e ensaios. O Alerta Exportador, sistema de informações do INMETRO, também comunica aos exportadores quando algum país notifica a OMC quando há uma nova exigência. O Sistema Brasileiro de Respostas Técnicas (uma rede de instituições tecnológicas coordenada pelo governo federal) apresenta alternativas para as questões relacionadas ao tema abordado.

As preocupações quanto à garantia de que um produto está em conformidade com as normas ou regulamentos entre outras exigências técnicas, solicitadas por um dado cliente ou legislação de um determinado país, assim como discussões sobre o protecionismo (como exemplo recente, a rodada de Doha) estão cada vez mais presentes na pauta de negociação internacional de vários países e parece não ter fim na medida em que novos acordos de livre comércio são formulados. Assim, outros estudos que aprofundem os conhecimentos sobre o tema abordado podem vir a complementar este trabalho, que tentou mostrar a relação entre a certificação e a competitividade.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Gerência de Normalização**. 2005. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/PROLAB/docs/IIseminario/3-ABNT%20-%20apresentação.ppt>>. Acesso em: 6 out. 2007.

ABRANCHES, L.; COSTA, D.; MEIRELLES, F. G.; SEIXAS, P.; VINÍCIUS, M. **Certificação na Cadeia Produtiva de Alimentos e as Barreiras Técnicas à Exportação**. Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II). Apresentado ao Curso de Administração. Orientador: Rodrigo M. Zeidan. RJ: Escola de Gestão e Negócios. UNIGRANRIO, jun. 2008, 40 p.

BURNQUISTL, H. L.; SOUZA, M. J . P. de.; BACCHI, M. R. P.; FARIA, R. N. de. **Análise de Evidências Sobre a Importância de Barreiras Técnicas à Exportação de Empresas Brasileiras**. SP: Economia Aplicada, v. 11, n. 2, abr-jun. 2007, p. 209-229. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v11n2/03.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2007.

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. SP: ESALQ/USP, ago. 2004. Disponível em: <<http://www.abef.com.br/notícias.php>>. Acesso em: 18 jul. 2008.

COSCARELLI C., P. R. **A Aplicação da Avaliação da Conformidade na Indústria Alimentícia**. Dissertação de Mestrado. RJ: UFF, 2004.

FRANÇA, J. M. **Barreiras Técnicas e Desempenho da Cadeia Produtiva de Frangos no Estado do Paraná**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção e Sistemas. SC: UFSC, jan. 2006.

INMETRO. **Avaliação da Conformidade**. 5. ed. RJ: Dqual/Diviq, mai. 2007 52 p. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/infotec/publicacoes/acpq.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2007.

_____. **Manual. Barreiras Técnicas às Exportações: O que são e como superá-las**. Alerta exportador. RJ: Caint/Secom, 2007, 22 p. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/Manual_BarrTecnicas.pdf>. Acesso em: 5 out. 2007.

LUDKEVITCH, I. F. **Trajetória de Crescimento dos Grupos SADIA e Perdigão: um estudo comparativo**. Dissertação de Mestrado. Instituto Copead de Administração. Mestrado em Administração. RJ: UFRJ, jan. 2005, 160 p. Disponível em: <http://www.centrodelogistica.com.br/new/teses/pdf/23fev05_05_Iury_Ludkevitch.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2008.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comercio Exterior. **Barreiras Técnicas: Conceitos e Informações de como supera-las**. Brasília-DF:ASCOM, 2002, 71 p. Disponível em: <<http://www2.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 5 set. 2007. ISBN 85-88566-37-0.

PUC-RJ. **Fundamentos da Normalização e a Experiência Brasileira na Certificação de Produtos**. (PUC-Rio - Certificação Digital N° 0116456/CA, 2007, p. 47-66). Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG>>. Acesso em: 7 nov. 2007.

SADIA. **Informativo SADIA**. Relatório Digital, 2008. Disponível em: <<http://www.sadia.com.br/br/empresa/informativo.asp>>. Acesso em: 9 abr. 2008.

_____. **Empresas, Cooperativas e Entidades**. Assessoria SADIA, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.zoonews.com.br/noticiax.php?idnoticia=2680>>. Acesso em: 25 abr. 2008.

SZYSZKA, Irene. **Implantação de Sistemas da Qualidade ISO 9000 e mudanças organizacionais**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Administração. RS: Escola de Administração. UFRGS, set. 2001, 205 p.

TURINA, L. G. P. **Impacto de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias sobre exportações brasileiras de alimentos processados**. SP: Escola superior de Piracicaba, dez. 2005, 53 p.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 5. ed. SP: Atlas, 2005.

VIEGAS. **Impactos das barreiras comerciais dos Estados Unidos e União Européia sobre a pauta de exportações agrícolas Brasileiras**. Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Área de Concentração. SP: Economia Aplicada, ago. 2003, 38 p.